



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

MANIFESTAÇÃO Nº 009/2024/SS/AF

PREGÃO Nº 82/2024

PROCESSO N.º 2024/021756

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REBOBINAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO

Piracicaba, 06 de dezembro de 2024

I) DAS PRELIMINARES

Trata-se de Impugnação Administrativa interposta pela empresa VEGATEC SOLUÇÕES EM MANUTENÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.786.929/0001-30, contra os termos do edital do Pregão Eletrônico nº 082/2024, destinado a contratação de empresa para prestação de serviços de rebobinamento de motores elétricos.

II) DA ADMISSIBILIDADE

A empresa apresentou tempestivamente a impugnação, de acordo com o previsto no Item 6.1. do Edital.

III) DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em resumo, a empresa alega a) a exigência de Assistência Técnica Autorizada ser ilegal e não está contido no Art.67 da Lei de Licitações e que esta exigência restringe o caráter competitivo da licitação; b) a exigência dos atestados de capacidade técnica supre a necessidade de comprovação de a licitante ser autorizada de qualquer fabricante.

IV) DO MÉRITO

Preliminarmente, é oportuno destacar que esta licitação tem como fundamento a Lei 14.133/21 e visa principalmente o disposto no art. 5º:

“(…) Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa,



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

MANIFESTAÇÃO Nº 009/2024/SS/AF

PREGÃO Nº 82/2024

PROCESSO N.º 2024/021756

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REBOBINAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO

da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável (...)."

Sendo assim, analisando os termos da impugnação a área requisitante manifesta-se (fls. 345/347):

O art. 67 da Lei de Licitações define os documentos a serem apresentados pelos licitantes para comprovação da qualificação técnico-profissional e técnico-operacional na fase de habilitação.

Conforme se verifica, não foi exigida, na fase de habilitação, a comprovação de que o licitante seja assistência técnica autorizada.

A exigência de declaração de que a vencedora do certame seja assistência técnica autorizada WEG, é condição para a assinatura da ata de registros de preços, conforme item 1.15.2 do termo de referência.

Essa exigência se justifica visto que as empresas autorizadas pelo fabricante dos motores elétricos para os serviços solicitados atendam os requisitos específicos estabelecidos pela WEG motores, como treinamento especializado, uso de peças originais, e conformidade com padrões técnicos rigorosos, sendo que essa autorização garante que os técnicos prestadores do objeto licitado, estejam preparados para oferecer serviços de acordo com as diretrizes WEG, assegurando que os motores elétricos mantenham sua eficiência e desempenho energético.

Esses motores elétricos são utilizados no sistema de captação, tratamento e distribuição de água da cidade de Piracicaba-SP, sendo que qualquer problema na manutenção dos motores prejudicam e comprometem o abastecimento de água da cidade, que possui uma população de mais de 400 mil habitantes.

E ainda, afirmam que esta exigência não é restritiva, tendo que em vista que há no mercado várias empresas que conseguem atender a necessidade do SEMAE:



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

MANIFESTAÇÃO Nº 009/2024/SS/AF

PREGÃO Nº 82/2024

PROCESSO N.º 2024/021756

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REBOBINAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO

Salientamos que no Brasil existem inúmeras empresas que são Assistência Técnica autorizada WEG, conforme documento anexo, ou consulta pelo site <https://www.weg.net/institutional/BR/pt/contact/service-network>, portanto essa exigência não restringe a participação de empresas no processo licitatório.

Nesse sentido, o item 1.15.2. do Termo de Referência, bem como, item 14.2.5, dispõe **como condição de assinatura da Ata de Registro de Preço que a empresa seja assistência autorizada WEG**, vejamos:

“(...) Considerando que os motores elétricos são da marca WEG, a licitante deverá apresentar, como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, declaração assinada pelo representante legal da empresa de que é assistência técnica autorizada WEG para os itens 01 ao 19.” (Referentes aos lotes 01 ao 08)

Dessa forma, não há restrição na competitividade do certame, tendo em vista que este requisito não é como condição de participação, porém, o objeto da licitação é considerado de valor significativo e não pode ser entregue a empresa que não tenham o devido credenciamento para execução dos serviços, devendo a empresa vencedora prestar o serviço com segurança.

Ademais, o requisito de habilitação para apresentação de atestado de qualificação técnica da empresa comprova que a empresa tem capacidade para cumprir com o objeto da licitação na execução do serviço em todos os motores.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

MANIFESTAÇÃO Nº 009/2024/SS/AF

PREGÃO Nº 82/2024

PROCESSO N.º 2024/021756

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REBOBINAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO

É sabido que, a Administração somente é a gestora dos interesses da coletividade e qualquer prejuízo com o objeto, no caso, rebobinamento dos motores, estará diretamente relacionado o prejuízo do interesse público.

Portanto, sabemos que ao formular o Edital, a Administração além de respeitar os requisitos legais e os princípios das contratações públicas, não pode estabelecer preferências ou distinções que restrinjam a competitividade, contudo, nada impede a previsão de exigências que possam ser cumpridas por determinadas empresas para que a contratação seja realizada com eficiência e eficácia.

Quando o rigor for necessário para atender o interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Aliás, essa interpretação é ratificada pela Constituição Federal em seu artigo 37, XXI, bem como, o STJ também segue o mesmo entendimento:

“É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações. Destarte, inexistente violação ao princípio da igualdade entre as partes se os requisitos do edital, quanto à capacidade técnica, são compatíveis com o objeto da concorrência.”
(Superior Tribunal de Justiça, RESP 474781/DF, Relator Min. Franciulli Netto, DJ de 12/05/2013).

Sendo assim, a contratação deve se pautar na proporcionalidade das exigências para que decida sempre em favor da ampla concorrência, em busca da proposta mais vantajosa e eficiente, **desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação**, além de ser defeso a qualquer empresa, discordar do



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

MANIFESTAÇÃO Nº 009/2024/SS/AF

PREGÃO Nº 82/2024

PROCESSO N.º 2024/021756

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REBOBINAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO

posicionamento da administração e cabe a administração receber, acatar ou não a manifestação da empresa.

Ante todo o exposto, certo de que o objetivo de alcançar a melhor proposta está garantido, de forma não haver prejuízo à administração pública, entendemos que não há a necessidade de revisão do Edital e dos seus anexos, pois conforme demonstrado e justificado, os argumentos apresentados pela impugnante, não trouxeram ensejos suficientemente razoáveis, tampouco provas robustas, não sendo as mesmas suficientes para motivar a reformulação do Instrumento Convocatório.

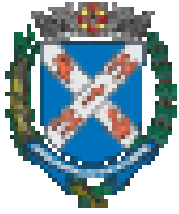
V) DECISÃO

Por todo o exposto, ACOLHO a impugnação, e no mérito, diante do posicionamento da área requisitante, decido pela IMPROCEDÊNCIA do pedido.

Ainda assim, encaminho à Procuradoria Jurídica para conhecimento e parecer.

Alana Fernandes

Chefe de Setor de Suprimentos



Assinaturas do documento

"Julgamento Impugnação "



Código para verificação: **2NES1YGH**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALANA FERNANDES (CPF: ***.047.788-**) em 06/12/2024 às 08:48:06 (GMT-03:00)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 06/07/2023 - 08:25:19 e válido até 06/07/2123 - 08:25:19.

(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

2024/021756 e o código **2NES1YGH** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

Parecer nº 414/2024/PJ/FMB

Processo administrativo nº 021756/2024

Interessado: Setor de Suprimentos

Assunto: Impugnação ao edital. Assistência Técnica Especializada. Rede autorizada WEG.

Vem ao exame desta Procuradoria Jurídica, processo administrativo nº 021756/2024, Pregão nº 082/2024, referente a impugnação ao edital apresentada pela empresa **VEGATEC Soluções em Manutenção LTDA.**, cujo objeto licitado é **“prestação de serviços de rebobinamento de motores elétricos”**.

Da leitura dos documentos que instruem os autos, depreendem-se que, em 03/12/2024, o SEMAE recebeu a impugnação ao edital apresentada pela empresa Vegatec Soluções em Manutenção Ltda.

A unidade requisitante manifestou contrariedade a impugnação às fls. 345/347.

O agente de contratação, por sua vez, acolheu a impugnação para, no mérito, julgá-la improcedente (fls. 350/354).

É o breve relatório.

Preliminarmente, informamos que não procederemos o exame minudente de qualquer aspecto econômico, mas tão-somente do cabimento da impugnação ao edital da licitação, no caso, com a legislação.

Como em todo e qualquer impugnação/recurso, seja na esfera administrativa, seja na esfera judicial, para que seja analisado o mérito da impugnação/recurso interposta, deverão ser observados determinados

 goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

019 – 3403-9611



SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

pressupostos. São eles: a legitimidade recursal, interesse de agir, tempestividade, forma escrita, fundamentação e pedido de nova decisão, os quais encontram-se presentes no requerimento da impugnante.

A impugnante se insurge contra a exigência prevista no item 14.2.5 do instrumento convocatório, que determina que *“Os licitantes participantes dos lotes 01 ao 08, deverão também apresentar declaração assinada pelo representante legal da empresa de que é assistência técnica autorizada WEG”*. Alega que tal exigência afronta o art. 67 da Lei nº 14.133/21 e compromete o caráter competitivo do certame.

A unidade requisitante esclareceu que a exigência não foi imposta na fase de habilitação do certame, mas sim como condição para assinatura do contrato, não afrontando, portanto, o art. 67 da Lei nº 14.133/21. Esclareceu ainda que a exigência não viola o caráter competitivo do certame, uma vez que existem inúmeras empresas que são assistência técnica autorizada WEG, conforme documento de fls. 345. Além disso, ponderou que a exigência busca garantir a qualidade dos serviços e a continuidade da operação dos motores elétricos, fundamentais para o abastecimento de água de Piracicaba, atendendo às diretrizes da WEG com técnicos qualificados e peças originais.

Nesse contexto, considerando que a declaração exigida integra as condições para a assinatura do contrato, não se identifica afronta ao disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que regula os documentos passíveis de exigência na fase de habilitação do certame, assim como não se verifica violação a Súmula nº 15 do TCE-SP. Nesse sentido, o TC-00001264-989.12-0 do TCE-SP:

“[...] De fato, não se deve impor, como condição de participação no certame, a apresentação de uma declaração do fabricante dando conta que o licitante é, de fato, seu distribuidor/agência autorizada.



SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

Trata-se de exigência desarrazoada, porquanto sujeita a participação de eventuais interessados à benevolência do fabricante, que é terceiro alheio à disputa.

Decisões reiteradas neste sentido culminaram na edição da Súmula 15, segundo o qual, “Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de qualquer documento que configure compromisso de terceiro alheio à disputa”.

Nada obstante, no entanto, que a Administração, a fim de resguardar o interesse público almejado, deixe explícito no edital que a apresentação da declaração do fabricante é condição prévia para que o contrato seja assinado.”

Por sua vez, entende o Tribunal de Contas da União:

“EMENTA¹: Definições do objeto – O edital deve prever a possibilidade da utilização da rede autorizada de assistência técnica da marca, podendo manter, contudo, a exigência de que esta assistência técnica, com departamento de peças e oficina, esteja localizada dentro do mencionado raio máximo de 100 (cem) quilômetros da cidade de Penápolis – Procedência Parcial. V.U.” TC nº 000802/008/11 (n.n.)

No tocante à suposta restrição ao caráter competitivo do certame, o art. 9º da Lei nº 14.133/2021 veda situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório e aquelas que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato. No entanto, é evidente que, quando a exigência prevista no edital for tecnicamente necessária, devidamente justificada em razão da natureza e complexidade do objeto licitado, além de pertinente e proporcional, não haverá violação à norma.

1 TC – 000802/008/11, Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, rel. Cons. Eduardo Bittencourt Carvalho, julg. em 08/03/2012.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

No caso, a unidade requisitante esclareceu que “esses motores elétricos são utilizados no sistema de captação, tratamento e distribuição de água na cidade de Piracicaba-SP, sendo que qualquer problema na manutenção dos motores prejudicam e comprometem o abastecimento de água da cidade, que possui uma população de mais de 400 mil habitantes”. Ademais, foi demonstrado que há diversas empresas autorizadas pela WEG, incluindo seis situadas no município de Piracicaba e outras localizadas na mesma região, conforme comprovado pelo documento de fls. 345. Dessa forma, não se confirma a alegação de restrição indevida à competitividade do certame.

Ante o exposto, **opina-se pela improcedência** da impugnação apresentada pela empresa Vegatec Soluções em Manutenção Ltda.

É o parecer.

Piracicaba/SP, 06 de dezembro de 2.024.

Felipe Milani Baldan

Procurador Jurídico

De acordo. Encaminhe-se.

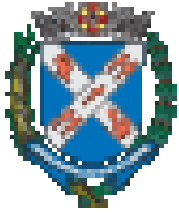
Danielle Pacheco de Souza Santim

Procurador Jurídico Chefe

 goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

019 – 3403-9611



Assinaturas do documento

"Parecer jurídico"



Código para verificação: **4XOXQSG2**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **DANIELLE PACHECO DE SOUZA SANTIM** (CPF: ***.738.448-**) em 06/12/2024 às 11:14:46 (GMT-03:00)
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 23/11/2023 - 16:19:13 e válido até 23/11/2123 - 16:19:13.
(Assinatura do Sistema)

✓ **FELIPE MILANI BALDAN** (CPF: ***.451.428-**) em 06/12/2024 às 11:12:56 (GMT-03:00)
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 04/07/2023 - 11:49:02 e válido até 04/07/2123 - 11:49:02.
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

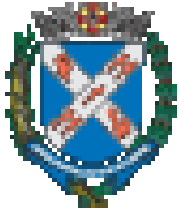
2024/021756 e o código **4XOXQSG2** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Piracicaba, data da assinatura digital

Ao Setor de Suprimentos

Diante das informações constantes dos autos do processo, em especial o PARECER N.º 414/2024/PJ/FMB, acolho o referido Parecer nos seus fiéis termos e, por conseguinte, julgo **improcedente** a impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 082/2024.

Raul Emilio Adamoli de Moraes
Presidente do SEMAE



Assinaturas do documento

"Decisão_impugnação"



Código para verificação: **UWLARAEN**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAUL EMILIO ADAMOLI DE MORAIS (CPF: ***.857.708-**) em 06/12/2024 às 15:07:30 (GMT-03:00)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 05/09/2024 - 12:03:53 e válido até 05/09/2124 - 12:03:53.

(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

2024/021756 e o código **UWLARAEN** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.